São Paulo: uma metrópole em constante mutação

Francisco Capuano Scarlato[1]
Glória da Anunciação Alves

Resumo*: A transformação da metrópole paulista e sua rápida expansão a partir da década de 70, está associada ao intenso processo de periferização, e a segregação socioespacial é um de seus fundamentos. Se até o final dos anos 80 esse processo tinha como uma de suas explicações as relações dialéticas centro-periferia, hoje ele continua se reproduzindo mas com novos conteúdos. De espaços reserva do capital tornam-se espaços de investimentos de capitais, principalmente para superação da crise capitalista. Como processo dialético há resistências a essas formas de apropriação por meio do capital imobiliário. As lutas de classe e os movimentos culturais periféricos são algumas das estratégias de resistência a esse processo.*

Palavras-chave*: Centralidade, Periferia, Segregação Socioespacial, Resistência, Conflitos Urbanos.*

São Paulo: a metropolis in constant change

Abstract*: The metropolis of São Paulo's transformation and expansion since the 70's is associated with the "periferização" intense process which the social-spatial segregation is one of its foundations. If until the end of the 80's this process had as one of its explanations dialectal relations periphery-center, today it keeps reproducing, but with new content. From reserved spaces in the capital, they became capital investments spaces, used for the capitalist crisis overcoming. As a dialectic process there are resistances to this forms of appropriation through the real state capital. The class struggle in the culture movements peripherical are some of the resistance's strategies of this process.*

Keywords*: Centrality, Periphery, Social-Spatial Resistance, Urban Conflicts.*

Introdução

O capital em seu processo de acumulação cada vez mais foi criando a estratégia do desperdício. A estratégia do obsoleto. Ao criar um produto ele, dialeticamente, estava projetando o novo para torna-lo obsoleto. Desta forma, garante um processo de expansão de mercados. Quando pensamos no surgimento da prática da reciclagem, surge uma falsa ideia de que com ela se estava recuperando o ambiente. Este é um pensamento enganoso. O que se estava fazendo era reintroduzir estes obsoletos e inutilizados materiais em um novo ciclo de produção (PACKARD, 1965).

[1] Departamento de Geografia - FFLCH - USP. E-mail: franscarlato@usp.br, gaaalves@usp.br

Assim também podemos pensar a produção do espaço urbano. A dinâmica da expansão das centralidades em São Paulo, onde se presenciou o desdobramento (CORDEIRO,1980) de uma antiga centralidade de São Paulo com a expansão de novas centralidades: do antigo centro histórico da forma de triangulo (figura 1) (AZEVEDO, 1961) para o da Avenida Paulista e para o eixo sudoeste (Faria Lima e a Berrini). Neste caso só para destacar a trasnformação da centralidade a partir das perspectivas de comando econômico, político e financeiro da metrópole. A pergunta que caberia fazer aqui é se a migração/ repartição das funções que o processo de reprodução capitalista engendrou, necessariamente precisaria sair do antigo centro histórico? Não estava aí se produzindo a obsolescência do antigo centro pelas corporações do capital imobiliário a exemplo das grandes empresas como a Bratek e Collet e Richard Elis na Berrini?

O surgimento de novas centralidades como a Paulista e a Luiz Carlos Berrini não significaria a obsolescência plena do centro histórico, visto que como tentativa de saída dessa obsolescência temos os processos de requalificação deste centro buscando atrair novos investimentos nos anos 80 e, com mais intensidade a partir dos anos 90 (séc. XX) com a ação da " Associação Viva o Centro" , criada em 1991, constituída por grandes empresas, entre elas o Banco Itaú e o Banco de Boston, tendo como seu presidente Henrique Meirelles(que também era presidente do Banco de Boston) , impulsionando um processo de ressignificação do mesmo , permitindo sua progressiva valorização imobiliária.

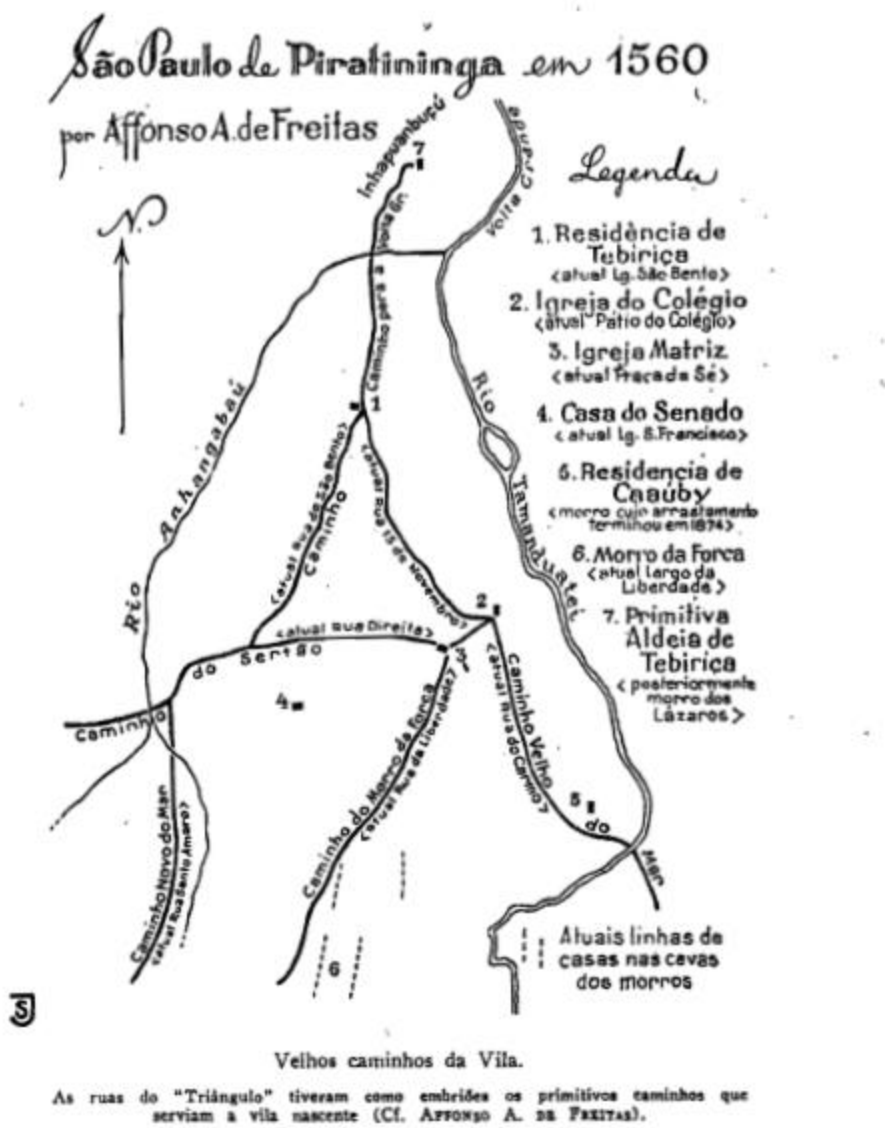

Figura 1: São Paulo de Piratininga de 1560
Fonte: (AZEVEDO, 1961, p22)

As centralidades que se movem

Até o período da Segunda Grande Guerra Mundial, o Brasil se configurava como uma sociedade agroexportadora fundada basicamente na exportação do café. São Paulo era seu grande produtor. Até então, a zona do triângulo histórico e suas imediações, concentrava as principais funções que definiam a natureza urbana de uma cidade: de serviços, financeiras, comerciais, inclusive persistia ainda, mesmo que em porção diminuta, a função residencial, já espraiada para além do rio Tamanduateí, juntamente com a função industrial que se consolidava na sua zona leste (Brás,

Belém), ao longo da estrada de ferro. Apesar da já consolidada a atividade industrial nesta área, a economia brasileira e paulista gravitava em torno das exportações de café. Vale lembrar que até este período o grande capital multinacional não havia, ainda, se tornado o capital estruturante da economia brasileira.

Geograficamente, São Paulo havia se tornado o grande centro econômico da sociedade brasileira. Porém, podemos dizer que apesar do intenso crescimento da cidade de São Paulo, podia ainda, em relação às suas atividades urbanas, ser considerada uma cidade monocêntrica. Viveu desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX a experiência de implantação de vários projetos de modernização, empreendidos principalmente pela elite cafeicultura. Eram projetos trazidos por esta elite que tinham como referência os urbanistas internacionais. Temos, segundo MOORE (1975) a modernização conservadora , quando foram feitos grandes investimentos de capitais em infraestruturas e embelezamento do centro para abrigar o crescimento do capital mercantil e industrial que se consolidava na transição de uma sociedade agroexportadora para outra urbana industrial.

A cidade policêntrica

O período pós 2 [a] Guerra Mundial trouxe para o Brasil, primeiramente para São Paulo, profundas transformações socioespaciais. A nova sociedade que emergiu pode ser considerada como o modelo de esgotamento das possibilidades de um desenvolvimento capitalista em bases de um capital nacional; as grandes multinacionais entram e dominam o sistema financeiro industrial (FURTADO, 1974).

Com o crescimento industrial marcado principalmente pela hegemonia do capital estrangeiro, as novas indústrias com projetos arquitetônicos arrojados, migraram para se implantarem ao longo das modernas estradas que chegavam a São Paulo, ao porto de Santos e interior paulista, como a via Anchieta, a Anhanguera, a Via Dutra fazendo a ligação com o Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo foram criando uma rede de cidades integradas ao espaço metropolitano.

A nova industrialização que se expandiu a partir da 2[a] Grande Guerra gerou, como dissemos anteriormente, profundas transformações no interior da cidade de São Paulo com o seu entorno. Antigos bairros industriais, a exemplo do bairro do Brás, Ipiranga, Barra Funda passaram a ter velhos galpões abandonados ao longo das ferrovias. A nova industrialização passou associada às grandes e novas rodovias.

Novos bairros residenciais foram surgindo no entorno do antigo centro onde alguns deles passam a exercer a função de suprir as necessidades da cidade que se expande por várias periferias, com atividades comerciais, serviços, finanças e institucionais que até então eram supridas pelo Centro. Há um desdobramento do Centro (CORDEIRO, 1980) com a criação de subcentros, a exemplo da Lapa, Santo Amaro, entre outros, assim como a expansão da região metropolitana, a partir da conurbação de cidades que cresciam com o transbordamento de São Paulo.

Já na década de 70 podemos pensar na existência de uma Metrópole em crescimento, em grande parte graças à instalação das multinacionais, seja pelas instalações das indústrias automobilísticas (desde os anos 50), elétrica e química. Uma das últimas que passam a fazer parte do ranking de centralização foi a da construção civil, tanto pela associação do capital internacional como nacional, ao qual as multinacionais se associam pela tradição das mesmas neste tipo de mercado.

Nos anos 80, a já constituída Metrópole Paulistana passou a representar um amplo sistema de conexões com suas diferentes centralidades urbanas, no interior de seu espaço metropolitano. Já se pode pensar na força de um capitalismo imobiliário que estava na gênese da construção civil, pelo início da formação do tecido urbano na cidade de São Paulo desde seus primórdios, a partir da década de 40, representado por um capitalismo imobiliário patrimonialista. Os anos 80 representam período de consolidação das grandes corporações imobiliárias que se associam aos grandes fundos de pensão que emergem deste contexto (FERREIRA, 2001).

A dinâmica imposta pela inserção de São Paulo como grande centro financeiro nos processos de globalização associa-se, ao mesmo tempo, à radicalização das desigualdades socioespaciais na metrópole. Para Ferreira (2001), considerar São Paulo como cidade global escamoteia essas desigualdades, apresentando a mesma como integrando-se aos grandes centros urbanos do sistema capitalista: a promoção midiática de São Paulo como uma cidade global, está associada ao esconder suas misérias e injustiças (VILLAÇA, 1998)

Ao mesmo tempo em que o crescimento Metropolitano de São Paulo produziu periferias empobrecidas, apresentando uma paisagem que nos dá impressão de um espaço que parece um eterno inacabado, marcado por grandes precariedades das infraestruturas urbanas e serviços deficitários, também nos revela espaços que se assemelham a centros urbanos ultramodernos, a exemplo do espaço sudoeste da cidade onde podemos notar a existência de uma paisagem que parece ser apenas de riqueza urbana, onde concentram-se os luxuosos shoppings centers da cidade, apartamentos residenciais de altíssimo padrão e um terciário de ponta do capitalismo

globalizado. Podemos talvez dizer que o quadrilátero localizado entre a Paulista e a avenida Nações Unidas (Marginal Pinheiros) cria um imaginário de cidade globalizada.

Na década de 80 (séc. XX) a cidade paulistana começa a apresentar um declínio do crescimento populacional. Na década de 60, a cidade de São Paulo, e sua região metropolitana, chegou apresentar um dos mais altos crescimentos populacionais, chegando a índices de 5,93% (IBGE, 1996). Em 1980 já se constatou uma queda populacional, chegando ao índice de 4,40%. Entre os anos 60 e 80, houve uma enorme expansão de sua periferia urbana, quando então surgiram novos bairros e o processo de conurbação com os municípios do entorno. Na virada do milênio houve um decréscimo dos índices de crescimento populacional (1,43%) quando aparentemente a expansão de sua periferia parecia chegar ao esgotamento. Esta narrativa do crescimento do espaço urbano da cidade e metrópole nos permite pensar que o grande capital corporativo imobiliário se ajustou e sua estratégia passou a recair também sobre investimentos no interior da metrópole, a partir da geração de grandes condomínios fechados para elite, nos municípios que formam entre si os anéis no entorno da Metrópole. Como exemplo, temos os condomínios de Alphaville e Tamboré na porção Oeste da metrópole e o" Alpes da Serra" na Cantareira, ao norte da região metropolitana.

Do ponto de vista produtivo temos um incremento do processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo para as cidades da região metropolitana e espaços metropolitanos (Lencioni, 1994) ao mesmo tempo faz com que essas indústrias passem gravitar em torno da cidade de São Paulo, cujos centros ,principalmente os do eixo sudeste (Paulista, Berrini, Verbo Divino) se fortaleçam como grandes centros financeiros e de serviços metropolitanos em escala nacional e latinoamericana.

São Paulo - Metrópole : um grande caleidoscópio de desigualdades socioespaciais

Há algumas décadas passadas, um artigo de jornal de grande circulação trazia uma reportagem com vários urbanistas. Uma delas, estrangeira, disse uma frase emblemática, que foi divulgada nos jornais na época. Ao sobrevoar a cidade de São Paulo, olhando do alto parte da periferia que se apresentava, disse "o espaço que percebo parece ter sido formado por uma chuva de habitações, onde como caia, ficava". Naquela época, a urbanista havia expressado o espaço como um espaço de desordem. Na época, essas imagens concretizaram o que eram as periferias que estavam se

formando, caracterizadas por espaços com a moradias novas, porém inacabadas, em ruas que terminavam em barrancos íngremes, em escarpas, com casas em seu topo que, para chegar até elas, se fazia necessário escadas penduradas nas encostas dos barrancos.

Obviamente que essa paisagem veio mudando, porém o cenário do "novo em ruínas" vem se mantendo em muitos lugares. Devemos ressaltar que essa paisagem de pobreza não se apresenta como homogênea. Podemos tomar como exemplo o conjunto habitacional do tipo Cingapura (projeto de moradia popular implementado sem equipamentos sociais) ao lado de condomínios de alto luxo junto ao Shopping Cidade Jardim, com boutiques de grifes famosas. Ao mesmo tempo podemos tomar outro exemplo: a presença da comunidade Heliópolis separada por uma avenida de um grande conjunto verticalizado com apartamentos de altíssimo padrão.

Segundo essa narrativa, podemos lançar um olhar para as áreas centrais de São Paulo, onde encontramos antigos bairros tradicionais dos tempos históricos de formação de São Paulo, hoje com moradias precárias, muitas delas transformadas em cortiços.

Como dissemos no título deste item, o espaço da cidade de São Paulo, e sua Metrópole, apresenta-se como um grande caleidoscópio de desigualdades socioespaciais.

A produção e reprodução dessas desigualdades, que veio definindo a dinâmica da expansão da Metrópole, tem que ser vista no interior das estratégias de produção da acumulação capitalista em seu processo de produção da sociedade.

A periferia da cidade e metropolitana acabou constituindo-se em um espaço com uma paisagem em que temos a impressão de inacabado, onde as moradias, por serem construídas a partir do próprio trabalho dos moradores, a que muitos chamam de autoconstrução, nos momentos possíveis, levava muito tempo para serem concluídas, quando o eram. Faz assim, em sua produção, emergir algo muito significativo que é o homem periférico. Superando as relações espaço e tempo dos meados da década dos sessenta do século XX, quando representava um amontoado de casas que pareciam ter surgido de chuva do céu, estas, cada vez mais, constituindo uma cultura de homens e mulheres que podem ser chamadas de pessoas periféricas(D'ANDREA, 2013).

Quando Lúcio Kowarick em seu livro Espoliação Urbana (1979) se refere a autoconstrução, na década de 70, ele aponta com precisão a natureza dessa forma de produção do espaço periférico considerando-a como única forma de subsistência/sobrevivência. Hoje, as moradias periféricas, talvez, continuam a representar uma forma de subsistência, porém representam mais do que isso:

ao construírem suas moradias, constroem uma residência e uma identidade de sujeitos periféricos (D'ANDREA,2013). Kowarick (1979) conceitua a autoconstrução não como uma forma de poupança, mas como uma solução de subsistência, indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma forma de rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho.

Para concluirmos nossa narrativa, podemos considerar que a Metrópole de São Paulo vive hoje, talvez de forma menos acelerada, o paradigma da velocidade. Na década de 70, a mídia dizia que São Paulo era a cidade que mais crescia no mundo. Podia-se invocar as estatísticas, usar um outro critério, a construção das vias perimetrais que foram sendo construídas desde as primeiras décadas do século XX, até mais recentemente com o Rodoanel. Talvez através da evolução histórica do sistema viário durante esse tempo poderíamos constatar a formação de quatro vias perimetrais que foram se sucedendo em pouco tempo.

A primeira via perimetral, já formada nas primeiras décadas do século XX, foi constituída pelas ruas Líbero Badaró, Benjamin Constant, Boa Vista, fechando-se novamente com a Libero Badaró. A segunda já foi chamada de via de irradiação formada pela Avenida Senador Queiróz, Avenida Ipiranga, Rua São Luiz, Viaduto Maria Paula e Dona Paulínia, Rangel Pestana, Rua do Gasômetro fechando-se novamente com a Rangel Pestana. Todas essas vias perimetrais circundavam o centro antigo. A terceira via perimetral foi a formada com a construção de duas grandes vias marginais: a do vale do Tietê e do vale do Pinheiros. Essas duas vias perimetrais se constituem como locais de entrada e saída das grandes rodovias que ligam a metrópole de São Paulo a outros estados do país.

Nesta dinâmica de crescimento da Metrópole de São Paulo já foi possível constatar aquelas que ocorreram na sua periferia, não somente em sua paisagem, mas pela velocidade que ocorreram, quanto na dinâmica de suas transformações socioculturais.

Paralelamente às mudanças ocorridas na periferia da Metrópole, devemos destacar aquelas que ocorreram com o centro antigo de São Paulo principalmente a partir da década de 70, quando se verificou uma ressignificação deste espaço, garantindo assim sua revalorização imobiliária. Com a renovação de antigas edificações, a chegada de novas atividades de serviços, como estabelecimentos financeiros, gastronômicos, eventos culturais, somados a instituições de relevância que permaneceram como a Bolsa de Valores e instituições jurídicas, o centro antigo volta a representar uma área atrativa da cidade para novos investimentos de capitais.

Novas centralidades, novas periferias e processos de resistência

A periferia é sempre provisória (Damiani, 2004). Se até final dos anos 90, as periferias conceitualmente eram caracterizadas por sua precariedade, principalmente de infraestrutura e serviços à população, muitas se consolidaram, graças à luta dos movimentos sociais e de seus moradores. Essa consolidação de áreas antes tidas como periferias precárias, é marcada pela criação/surgimento de centralidades locais, principalmente com a instalação de lojas de consumo populares, bem como de instituições bancárias (ou que prestam serviços similares básicos como as lojas lotéricas, por exemplo) ou ao menos equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização de vários serviços bancários.

Assim, localidades que até então aparentemente (RODRIGUES, 2007) eram esquecidas pelo Estado, passam a ter uma centralidade local que possibilita a realização de várias das necessidades da vida cotidiana. Não se pode esquecer que, de um lado, houve pressões populares e luta para a chegada de equipamentos e serviços do Estado como linhas de ônibus, terminais de transbordo, estações de metrô, que passam a favorecer a circulação dessas pessoas, além de postos de saúde e escolas do ensino básico. Deste modo, nessas periferias, surgem centralidades, ainda que locais, se pensarmos em uma hierarquia de centralidades na cidade. Por outro lado, temos novas estratégias do mercado imobiliário.

A periferia se expandiu horizontalmente na cidade e região metropolitana, sendo o local do possível para a sobrevivência da população de baixa renda, depois de consolidadas e constituindo-se como novas centralidades periféricas, passam a ter o preço do solo urbano elevado. Muitos dos que aí moram de aluguel, por exemplo, não conseguem mais pagá-lo e são obrigados a irem para locais mais distantes, geralmente em novas periferias que surgem ou na cidade (em áreas de proteção ambiental) ou da região metropolitana, muitas vezes nessa mesma condição.

Outros, pelas mais diferentes situações (desemprego, doença em família, principalmente) veem na possibilidade de venda de seus lotes, ainda de modo irregular, um horizonte para compra de lotes em outras áreas e/ ou ainda para sobreviver com os recursos da venda. Essas áreas passam a ser vistas pela iniciativa privada imobiliária, principalmente, como novos locais de investimentos imobiliários, mas para isso a retirada da população dessa região torna-se essencial; é necessária uma transformação populacional e isso se faz a partir da transformação de espaço.

A reprodução desse espaço ocorre a partir de uma articulação entre estado e iniciativa privada. Temos como álibi para essa reprodução discursos que sempre enfocam o bem estar da sociedade

como um todo e que justificam a saída dessa população. Exemplificando: necessidade de grandes áreas para a realização de projetos como Minha casa, minha vida (VOLOCHKO, 2015); proteção às áreas de mananciais; criação de parques lineares; grandes obras viárias; execução de obras de infraestrutura (como a implementação de linhas de metrô); operações urbanas visando requalificação de áreas, inclusive periféricas; entre outros.

Mas esse processo não se dá sem contradições, lutas e resistência. E isso que discutiremos a partir de agora.

As periferias da cidade e região metropolitana surgiram, como discutimos anteriormente, a partir de uma estratégia entre Estado e iniciativa privada, pautada na aparente não ação do Estado, que possibilita sua constituição a partir de loteamentos irregulares. Mas as periferias só se (re)produzem pois, no processo de reprodução do capital, a superexploração do trabalho em todos os sentidos atingiu em países subdesenvolvidos o seu ápice. A população trabalhadora de baixa renda, além de ser explorada no trabalho (quando esse existe) fica também responsabilizada de criar suas próprias condições de reprodução da vida e, por isso, para sobreviverem, muitas vezes compram lotes irregulares (com a promessa que serão regularizados) em áreas sem nenhuma infraestrutura, sendo seus moradores os pioneiros, que limpam o terreno, constroem como podem suas habitações, lutam pela chegada de infraestrutura e mobilidade urbana.

Contraditoriamente, esse processo perverso de reprodução do capital, que é um dos fundamentos dessa (re)produção, faz com que a presença física desses moradores nas periferias constituídas possibilite uma forma de resistência a esse processo. Como aponta BENSAÏD (2001), os processos de resistência não podem ser pensados de forma pura, ou seja, sem contradições. Eles fazem parte da sobrevivência e, em geral, implica em reconhecer uma debilidade, uma fraqueza, logo a resistência existe já no ato de não ceder, mesmo reconhecendo as limitações das possíveis soluções. A luta pelo existir, por permanecer por meio do lugar para morar na metrópole, é o obstáculo que se apresenta de forma concreta e, nesse sentido, a resistência é indissociável do que faz frente e do que lhe aparece como obstáculo (BENSAÏD, 2001: 29).

Assim, permanecer no local, lutar, possibilita a construção da consciência do porquê de se viver em determinadas situações. Ou seja, há uma potência sobre o entendimento da situação, o que possibilita a criação de estratégias de luta pela permanência nas localidades, ainda que muitas vezes limitadas. Deste modo, a existência dos corpos já é um sinal de resistência. A presença física, o corpo, que durante muito tempo apareciam como distantes, localizados e enclausurados em

periferias pobres, que não incomodavam porque distantes das centralidade econômicas e políticas da cidade, passam a ser um problema , à medida que essas áreas entram no escopo das possibilidades de investimentos imobiliários necessários à reprodução do capital. As áreas colonizadas, os territórios reserva (ROBIRA, 2005), passam a fazer parte do processo de reprodução ampliada do capital.

A resistência vai além da presença física. Segundo D'Andrea (2013), a vivência nas áreas periféricas , a reprodução da vida frente a todos os empecilhos sociais, econômicos, políticos, fez com que as estratégias de sobrevivência potencializem a criação de uma identidade, a do sujeito periférico, que se manifesta, principalmente, a partir dos coletivos artísticos . Se hoje a potência desses movimentos, no sentido da conscientização dos processos que levam os habitantes às periferias precarizadas e de como se constituem como sujeitos ativos, está no processo de produção da vida, cultura, resistência, empoderando-se, não podemos esquecer que se trata de um processo mais amplo, que se inicia nos anos 70, ainda que com outras características.

Nos anos 70 do século XX, as lutas nas periferias que estavam se constituindo se davam pelo acesso aos serviços essenciais da vida. A articulação dos moradores, necessária à luta, se dava a partir de movimentos de bairro, muitas vezes incentivados/articulados pelos movimentos eclesiais de base (ligados à Teologia da Libertação- Igreja Católica), movimentos sociais e sindicais. Essa articulação de movimentos enfatizava a questão da luta de classes, mas sem entrar em questões de gênero e etnia. Tiveram sua preponderância nos anos 70 e 80.

Durante os anos 90 e início do século XXI, com a mudança produtiva, do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 1992), a ênfase na luta a partir da condição de classe, e com a generalização da crise do mundo do trabalho, perde potência junto aos movimentos. Entretanto, temos a partir dos 90, registros sobre a existência do orgulho de ser periférico, encabeçado por uma população jovem e negra, que se alastrou por outros setores das classes populares nas periferias, desdobrando-se em três processos que se cristalizaram: os coletivos artísticos da periferia, o PCC e o lulismo (D'ANDREA, 2013:19).

Destacaremos aqui a importância dos coletivos artísticos da periferia, enquanto forma de luta e resistência. Nas diversas periferias da cidade de São Paulo temos o surgimento de coletivos artísticos que promovem, com suas atividades, a partir da construção da identidade local, formas de reconhecimento das desigualdades socioespaciais e estratégias de luta, de manutenção da vida, sabendo que permanecer vivo nessas localidades já é uma forma de luta. Não poderíamos

aqui listar todos os coletivos, mas chamaremos a atenção a alguns como o Sarau do Binho, na zona oeste da cidade de São Paulo, o Sacolão das Artes , na zona sul e São Mateus em movimento na zona leste. Em todos, a partir da cultura, tenta-se uma aproximação com as comunidades e a partir da poesia, música, teatro, exposições de obras criadas por seus participantes, questionar a realidade das desigualdades existentes e lutar por uma transformação na realidade.

No processo da expansão física da periferia e suas transformações no espaço construído, verifica-se, também, através das ações coletivas de seus moradores, conquistas de melhoria da infraestrutura urbana. Foram sendo conquistadas melhores condições de saneamentos como água tratada, pavimentação pública e iluminação. É importante dizer que suas grandes conquistas foram além da ordem material, mas também o fortalecimento das ações coletivas que cresceram nas últimas décadas.

Como já afirmado anteriormente, os coletivos artísticos permitiram o crescimento de uma identidade na sociedade metropolitana de São Paulo, com um novo olhar sobre esses espaços periféricos. Neles, uma nova cultura vem emergindo. Consolidando cada vez mais uma consciência de sujeito periférico. Surgiram coletivos artísticos, pinturas e representações cênicas. Tem relevo assim, gradativamente, uma nova cultura nesta periferia. De consumidores encarcerados nos padrões culturais das elites do centro da metrópole, também chamadas de “elites cultas”, para também produtores de uma cultura de resistência. Trata-se de um novo processo.

A partir dos anos 70 e mais fortemente nos anos 90, os cidadãos periféricos, se assim podemos chamá-los, produzem, por exemplo, um movimento cultural denominado de Hip Hop com manifestações na música, na pintura com a grafitagem, captando a subjetividade da vida urbana com seus dramas e alegrias.

As grafitagens, inicialmente, foram ocupando muros das grandes vias e espaços públicos das zonas centrais de São Paulo discriminadas como a manifestação de uma cultura marginal. Hoje, são também reconhecidas como formas de expressão artísticas e culturais, inclusive pelo poder público. Nessas grafitagens são fortes as representações de uma subjetividade e ressignificação da cultura urbana. O mesmo pode se dizer do RAP com suas músicas, letras e danças. São gritos de protesto contra uma sociedade injusta e elitizada.

De consumidores dos produtos culturais desta elite passaram, com sua produção cultural, a ser também consumidos por essa elite. O Hip Hop pode ser hoje considerado o símbolo de uma nova

identidade cultural do cidadão periférico reintegrando, principalmente, os mais jovens a sua comunidade e sociedade metropolitana.

Além dos coletivos culturais, temos ainda formas de luta e resistência, por muitos tidas como tradicionais, que se pautam no questionamento à propriedade privada do solo urbano. Os movimentos dos sem teto põem em xeque o direito à propriedade quando ocupam imóveis desocupados. Pautam-se na função social da propriedade para justificar as ocupações de imóveis, principalmente nas áreas centrais da cidade, como a Ocupação Prestes Maia e a Ocupação Mauá. Contraditoriamente põem em questão o uso social da propriedade, mas não necessariamente questionam a existência da propriedade privada do solo urbano. São os limites da luta.

Mesmo assim, se tomarmos como exemplo a Ocupação Mauá, que em 2018 completou 10 anos, não há como negar que ao menos a função social da propriedade passa a ser reivindicada como forma de luta para muitos que não tinham o direito à moradia. A presença física das pessoas que lutam em permanecer nesse espaço conflituoso, já que a contradição do direito à moradia se choca com o direito à propriedade, coloca a potência da transformação porque ela traz a dimensão do uso e, com isto, as tensões com a lógica produtiva do espaço.

Tomamos a Ocupação Mauá como um dos movimentos por ter, assim como a Ocupação Prestes Maia, também na área central, maior expressão na mídia por estarem na área central. Entretanto, como podemos ver na figura 2, é nas áreas periféricas da cidade que temos o maior número de famílias fazendo uso da ação da ocupação para luta e sobrevivência. Chama a atenção na figura como em termos numéricos é expressivo o índice de ocupações na zona leste , seguido da zona norte e sul da cidade.

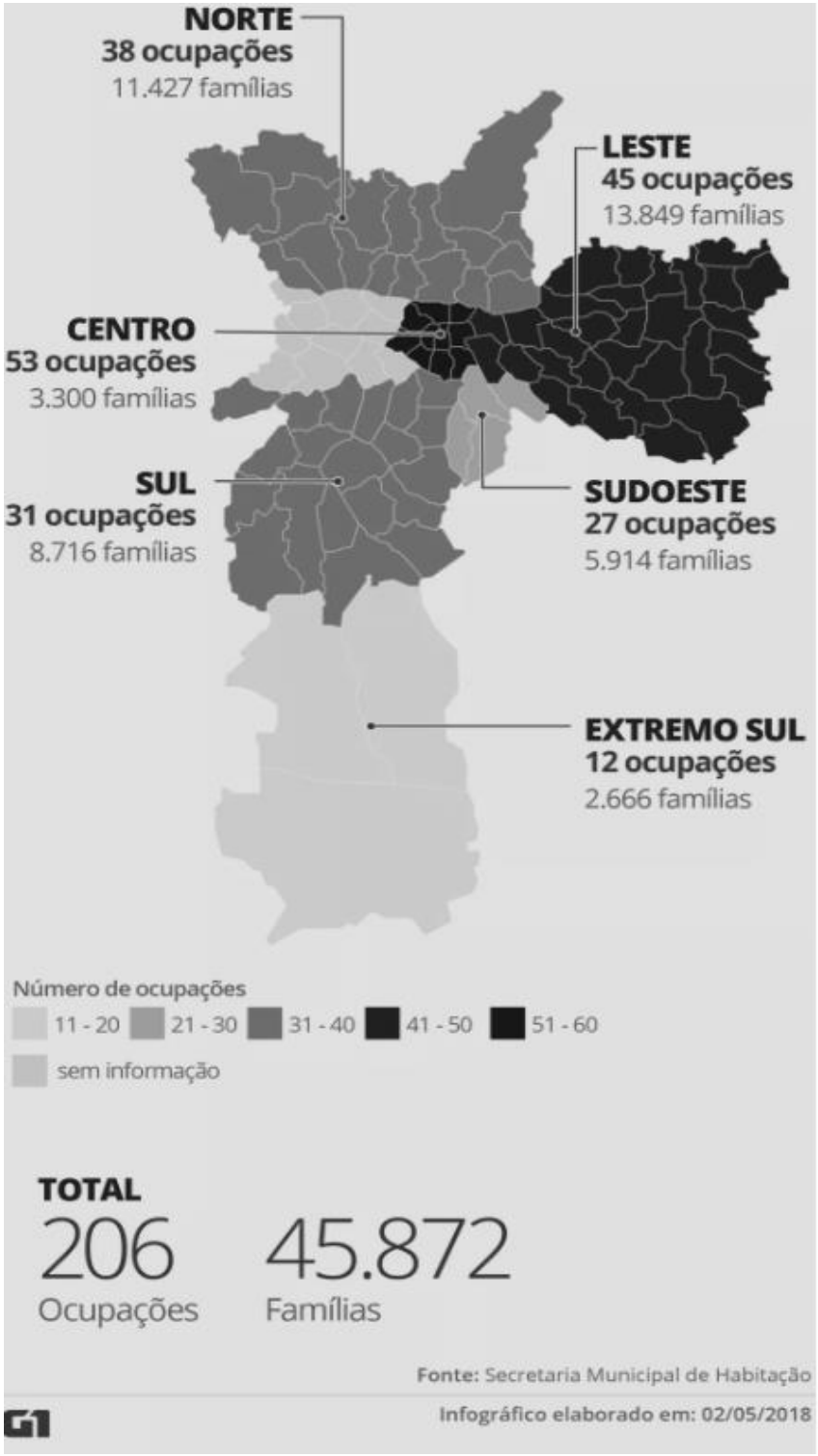

Figura 2: Ocupações irregulares em São Paulo
Fonte: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml, acessado em 20/05/2018

Considerações finais

O processo de (re)produção do espaço da cidade de São Paulo teve, a partir dos anos 50 (séc. XX) o que muitos autores chamam de "modernização conservadora", que tinha como um de seus

fundamentos a diferenciação socioespacial que, em estados nações como o Brasil, apresentavam nas periferias a sua face mais profunda: a segregação social. Se nos anos 70 essa segregação se dava pelo não acesso aos bens e serviços que se concentravam nas centralidades existentes (a época constituída pelo Centro histórico e subcentros tradicionais), hoje a segregação também se dá por outras vias, o que aprofunda o processo. O que chamávamos de periferias nos anos 70, hoje, após muita luta de movimentos sociais, passam a se consolidar e nelas se gestam centralidades locais-periféricas, que permitem a seus moradores o acesso, além da infraestrutura, a bens e serviços. Ainda que se possa caracterizar como uma centralidade, temos que pensar em uma hierarquia de centralidades, por isso chamamos de periféricas. O que pode ser considerado uma conquista da sociedade local, tem seu lado contraditório: com as melhorias infraestruturais e sociais os preços do solo urbano aumentam e parcela da população que vivia nessas localidades não consegue mais aí se manter, migrando pela cidade e região metropolitana, formando outras periferias precárias, sendo novamente ponta de lança na expansão urbana.

Além dos movimentos sociais, temos situações em que Estado e iniciativa privada veem nessas periferias a potência de investimentos, e, neste sentido, os locais que eram depósitos de trabalhadores passam a ser locais em possibilidades de investimento e, seus moradores, com suas habitações, sua vida, sua cultura e costumes, empecilhos à reprodução do capital. As estratégias para “limpar” a área em geral é a partir de Operações Urbanas que no discurso, visam promover mudanças no sentido de desenvolver economicamente a localidade afetada.

Há uma disputa pelo espaço e isso gera conflitos, lutas e formas de resistência, principalmente dos que são afetados pelas ações do Estado e iniciativa privada.

Há resistências e formas de luta tanto a partir da luta de classes, como de outras formas de luta em que se põe em relevo questões como o da identidade, etnia e gênero. Não que uma forma de luta exclua necessariamente a outra, mas há particularidades no entendimento do processo de segregação socioespacial e nas estratégias de luta. A partir da luta de classes põe-se em relevo as relações de trabalho e, a partir daí, entendo a cidade como mercadoria, sendo a possibilidade do morar condicionada a quanto se pode pagar pela habitação e vinculada à propriedade privada; já na segunda possibilidade de luta o mote é muito mais ligado a questões culturais, de identidade, étnica e gênero. Será possível conciliar essas duas vertentes? Na primeira, a questão da propriedade privada do solo, ainda que forma contraditória, é posta em questão, enquanto que pela segunda perspectiva a ótica, mais cultural, tem mais ênfase a partir da construção da identidade, no caso pelo reconhecimento do sujeito periférico. Nas duas situações a resistência

torna-se a chave na luta pelo direito à cidade. São Paulo constitui-se como uma cidade capitalista com profundas desigualdades socioespaciais e, nesse sentido, fundada sob os princípios desse modo de produção em que, a nosso ver, tem a propriedade privada do solo urbano como fundante. Quem não possui a propriedade privada do solo urbano praticamente tem negado seu direito à moradia e, em geral, os mais atingidos por essa negação ao limites mínimos da sobrevivência são os trabalhadores de mais baixa renda ou hoje numericamente mais representado pelos desempregados, dos quais a etnia negra tem expressão significativa.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. A. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2010. 268p, disponivel em http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Livro_gloria.pdf acesso em janeiro 2018.

ALVES, G. A. Privação , justiça espacial e o direito à cidade in CARLOS, A. F. A. ; ALVES, G.; PADUA, R.F. de (orgs). **Justiça espacial e o direito à cidade**, São Paulo : Contexto, 2017., pp. 167-178.

AZEVEDO, Aroldo. *"São Paulo: da vila quinhentista* à *metrópole regional"* in **Boletim Paulista de Geografia**. n°39. São Paulo. AGB. 1961. pg. 12-46.

BENSAÏD, Daniel. **Resistencias**: ensayo de topología general. Traducción de Mayra Victoria Góngora. El Viejo Topo, 2001.

CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C . Simoni; e ALVAREZ, I. P. **Geografia urbana crítica:** teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, A. F. A. Espaço tempo da vida cotidiana na metrópole, São Paulo: FFLCH, 2017. Disponível em http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole_.pdf acesso em jan 2018

CORDEIRO, Helena K. **O centro da metrópole paulista, expansão recente**, São Paulo. IG/USP. 1980.

D'ANDREA, T. P. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo , São Paulo : FFLCH, 2013.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo, in CARLOS, A.F.A. e OLIVEIRA, A. U. (orgs). Geografias de São Paulo, vol 1, São Paulo: Contexto, 2004, pp 19-48.

FERREIRA, J. S. W. **Globalização e Urbanização subdesenvolvida**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 4-14, 2001.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** RJ, Paz e Terra, 1974.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

KOWARIK, L;. **Escritos Urbanos**, 2 ed. , São Paulo, ed. 34, 2009.

KOWARIK, L. **Espoliação urbana,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 54-61.

MOORE JR, Barrington. **A origens sociais da ditadura e da democracia**, São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PACKARD, Vance. **Estratégia do desperdício**. 2 ed. São Paulo/SP. IBRASA. 1965. p. 311.

RIBEIRO, F. V.. Das ações de resistência urbana à consciência da expropriação. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Glória Alves; Rafael Faleiros de Padua. (Org.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2017, v. , p. 167-178.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A Luta Pelo Espaço: Da Segurança da Posse à Política de Regularização Fundiária em São Paulo. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2012.

ROBIRA, R. T. Áreas metropolitanas, espaços colonizados. In: CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização. Estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 9-20.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade, in **Cidades,** Presidente Prudente, v 4, n. 6, 2007, disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602 accesso em fevereiro de 2018.

SCARLATO, F. Capuano. Revitalização do centro antigo. O espaço da memória de São Paulo, in CARLOS, A.F. A. e CARRERAS, C. (orgs) **Urbanização e mundialização,estudos sobre a metrópole**, São Paulo: Contexto, 2005.

VILLAÇA, F. J. M.. **O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo**, SP.: Studio Nobel Editora, 1998. 373p

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano in CARLOS, A.F.A.(org) **Crise urbana,** São Paulo: Contexto, 2015, pp. 105-128